

JEREMIAS E O ANO QUE NÃO ACABOU! LUTAS SOCIAIS NO CAMPO EM PERNAMBUCO EM 1963: PROJETOS E IMPASSES

Felipe Gallindo¹

Resumo

Este artigo trata da inserção do Partido Operário Revolucionário Trotskista – PORT, nas lutas sociais em Pernambuco no início dos anos 60, tendo como fio condutor a breve militância de Paulo Roberto Pinto, conhecido como Jeremias, que foi assassinado quando liderava uma greve de trabalhadores rurais em Itambé, na Mata Norte do estado, em oito de agosto de 1963. A evolução das propostas dos trotskistas para a questão do campo, as críticas deste agrupamento aos outros setores das esquerdas e os desdobramentos do caso Jeremias, antes e depois do golpe empresarial-militar de primeiro de abril de 1964 serão objetos de análise.

Palavras-chave: Trotskismo, Sindicalismo Rural, Esquerdas.

Abstract

This article deals with the insertion of the Trotskyist Revolutionary Workers Party - PORT, in social struggles in Pernambuco in the early '60s, with the thread of the brief militancy Paulo Roberto Pinto, known as Jeremiah, who was killed while leading a strike of rural workers in Itambé in Forest upstate in August 8, 1963. Evolution of proposals from Trotskyists to the question of the field, the criticism of this group to other sectors of the left and the ramifications of the case Jeremiah, before and after corporate-military coup of April 1, 1964 will be analysis.

Keywords: Trotskyism, Rural Unionism, lefts.

"Aquele que foi já não pode mais não ter sido: doravante, esse fato misterioso, profundamente obscuro de ter sido é o seu viático para a eternidade."

Paul Ricoeur – A memória, a história, o esquecimento.

*"Me enterrem com os trotskistas
Na cova comum dos idealistas
onde jazem aqueles
que o poder não corrompeu*

*Me enterrem com meu coração
na beira do rio
onde o joelho ferido
tocou a pedra da paixão "*
Paulo Leminski – *Para a liberdade e luta.*

¹ Mestre e Doutorando em História pela UFPE.

Introdução

Oito de agosto de 1963...

Tudo começou e tudo terminou naquele dia. Naquele ano que não acabou em dezembro. Pois o ano de 1963 só encontrou o seu fim, num primeiro de abril posterior, mesclado de verde-oliva e sangue...

Foi num começo de tarde de agosto...

Tudo aconteceu no extremo norte da Zona da Mata pernambucana, no então distrito de Ferreiros, pertencente ao município de Itambé. De um lado Itambé. Do outro, Pedras de Fogo - já na Paraíba. O mesmo espaço urbano. Os mesmos latifundiários dominando secularmente a região...

A multidão já começava a se dispersar após uma assembleia na frente da subsele do sindicato de trabalhadores rurais, na qual foi aprovada a continuação da greve no Engenho Oriente devido ao atraso no pagamento do décimo-terceiro salário desde dezembro de 1962.²

Os ventos de agosto... Os ventos, naquele distante 1963, traziam consigo uma tempestade social nunca antes vista no campo brasileiro. Essa tempestade era formada pela organização dos trabalhadores rurais e camponeses,³ em sindicatos rurais⁴ e Ligas Camponesas respectivamente. Estas organizações se multiplicavam às centenas por todo Brasil que tinha a maioria de sua população no meio rural,⁵ apesar do crescente processo de urbanização.

E a consequência direta desse processo organizativo eram as lutas sociais no campo, que cresciam vertiginosamente, seja pelo direito de acesso à terra, contra a expulsão dos meeiros, foreiros e moradores de condição⁶, que sofriam um processo de

² O décimo-terceiro salário foi criado em 13/07/1962, pela Lei 4.090, sancionada pelo então presidente João Goulart.

³ ANDRADE, Manoel Correia. **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Editora Ática, 1986. Para este autor existe uma conceituação distinta para as expressões, *camponês* e *trabalhador rural*. O primeiro deve ser entendido como o trabalhador que ainda possui algum vínculo com o seu meio de produção, ou seja, a terra. O segundo termo refere-se aquele trabalhador despojado de seus meios de produção, que só possui sua força de trabalho como valor de troca no capitalismo.

⁴ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o sindicalismo rural**. Recife: Editora Universitária – UFPE / Oito de Março Gráfica & Editora, 2005, p. 47. Numa tabela produzida pela autora temos um dado significativo: entre 1961 e março de 1964 o número de sindicatos rurais existentes em Pernambuco, subiu de 7 para 71. Um aumento de quase 1000%!

⁵ GALLINDO, Felipe. **Jeremias** – O Trotskismo no campo em Pernambuco. Recife: EDUFPE, 2013, p. 35.

⁶ DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho*. Recife: EDUFPE, 2007, p. 84.

proletarização. Ou pelo cumprimento das leis trabalhistas, que neste longo ano de 1963, tinham sido estendidas aos trabalhadores rurais, através do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) sancionado pelo então presidente João Goulart.

Esse processo teve em Itambé, naquele oito de agosto de 1963, um exemplo de como o latifúndio resolvia as questões trabalhistas.

De volta a Ferreiros...

De repente, um chamado! Um emissário de José Borba, proprietário do Engenho Oriente, procurava por Jeremias. A mensagem chamava os trabalhadores rurais grevistas para comparecerem a sede do engenho, onde seria pago o décimo-terceiro salário atrasado na presença de um representante do Ministério do Trabalho.

Logo a notícia se espalha. Os trabalhadores ficam eufóricos. - Vitória! Dobramos o "velho" Borba. Se ele, que é o latifundiário mais reacionário da região cedeu à pressão, quem irá resistir?

Jeremias, entretanto, sabia que estava sendo caçado pelos capangas a serviço do latifúndio. Principalmente depois de sua prisão pela Delegacia Auxiliar do governo de Miguel Arraes, sua situação havia se tornado crítica.

Quando ia do Recife para Itambé, nunca descia no mesmo ponto da estrada. Assim que descia do ônibus se embrenhava logo pelos canaviais. Só aparecia em público sempre acompanhado de muitos trabalhadores rurais. Não dormia mais nas casas dos integrantes dos Conselhos de Camponeses, pois estas poderiam ser invadidas e atacadas. Quando chegava a noite, se despedia dos companheiros e procurava abrigo em alguma casa de farinha ou dormia, nas noites sem chuva, ao relento mesmo no meio do canavial.

Mas, apesar de saber tudo isso, ele havia chegado num ponto em que não poderia mais recuar. Sendo assim, segurou o braço do emissário para tentar garantir sua segurança e seguiu junto com seus companheiros. Talvez ele desconfiasse que aquela pudesse ser sua última caminhada...

Na sinuosa estrada de terra batida, cercados por um verde e ondulante mar de canas de açúcar (regadas com suor e sangue), uma multidão com cerca de 500 pessoas, entre trabalhadores rurais e seus familiares, seguia ansiosa. Entre cânticos e palavras de ordem, a massa camponesa se dirigia para o Engenho Oriente, de propriedade de José Borba. Mal sabiam o que os aguardava...

Este artigo se propõe a discutir uma das alternativas políticas no âmbito das esquerdas em Pernambuco (o Trotskismo) no início dos anos 60, que atuaram no campo, junto aos trabalhadores rurais. A atuação do Partido Operário Revolucionário Trotskista – PORT terá como eixo a militância de Paulo Roberto Pinto – o Jeremias. Serão também analisados os desdobramentos deste objeto de pesquisa, bem como a reconstrução desta memória histórica.

Pernambuco em 1963 – O campo manchado de sangue

O ano de 1963 pode ser interpretado tendo como premissa uma temporalidade subjetiva, oriunda de uma percepção fundamentada em processos históricos e não na formalidade dos calendários.

Ele começou no dia seis de janeiro e só acabou no primeiro de abril de 1964. O seu marco inicial foi a vitória do presidencialismo no referendo sobre sistema de governo, com cerca de 80% de aprovação dos votantes, enterrando de vez o parlamentarismo imposto pelas forças conservadoras e militares ao vice Jango como uma “solução de compromisso”, a fim de que ele pudesse assumir a presidência da República após a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961. E este ano só terminou em 1º de abril de 1964, com o golpe empresarial-militar⁷ que depôs o presidente Jango.

Este breve período, que teve aproximadamente 15 meses (janeiro de 1963 até abril de 1964) foi marcado por uma crescente polarização ideológica, característica do contexto internacional da Guerra Fria, e que se desenvolveu, no Brasil, num processo de acirramento político que também estava presente nas esquerdas, que disputavam a hegemonia dos movimentos sociais.

Como num caleidoscópio de múltiplas possibilidades, tudo isso acontecia simultaneamente, quando, naquele começo de tarde de agosto, a passeata composta por trabalhadores rurais em greve e seus familiares chegou ao Engenho Oriente.

⁷ A expressão “ditadura empresarial-militar” tem origem na obra do sociólogo uruguaio Rene Dreyfuss, 1964 – *A conquista do Estado* – que realizou uma extensa pesquisa sobre a articulação dos setores internacionalizados da burguesia nacional no complexo IPES-IBAD (Instituto de Pesquisas Sociais/Instituto de Ação Democrática), em estreita ligação com a Escola Superior de Guerra (ESG). Tal aliança, que pretendia promover a derrubada do governo Jango e a repressão generalizada das lideranças sindicais e das esquerdas, se constituiu, segundo o autor, numa formulação gramsciana, num verdadeiro “partido político”/“bloco histórico” na luta pelo poder. Esta interpretação está atualmente sendo defendida por um grupo de historiadores, dentre os quais Demian Bezerra de Melo (UFF) que discute essa interpretação historiográfica crítica de um revisionismo que busca legitimar o movimento de 1964 no conceito de ditadura civil-militar, no artigo “Ditadura “civil-militar”? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente”. In: *e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/download/.../6324*

Pistoleiros estavam dispostos em três pontos da entrada do latifúndio, além da porteira. Era uma ação militar premeditada. Segundo uma testemunha do massacre, conhecido como a Chacina do Oriente, Tindara, na época um menino com 13 anos:

“Minha família toda era do Oriente. Eu fui porque quis... Eu sabia porque minha tia trabalhava na cozinha do engenho, e quando ela chegou de noite, ela disse: “- Vocês vão se quiser ! Agora descarregaram um caminhão de bala na bagaceira do engenho com 20 sacos de bala!” ... tava cheio de hóme. E por trás do açude tava cheio de hóme!”⁸

A multidão estancou diante da primeira porteira do engenho. A concentração humana tinha consciência de sua força de pressão e tal método de luta se multiplicava pelo Nordeste. Isso aterrorizava os latifundiários que estavam acostumados a verem seus trabalhadores como uma parte integrante de uma paisagem secular, desde os tempos da escravidão, tal qual a terra, o canavial, o açude, a moenda, o gado, etc. Mas aquela multidão era diferente, e para a elite agrária da região tudo mudara depois da chegada do estudante subversivo, o tal do Jeremias. Era preciso eliminá-lo já que a sua prisão pela polícia semanas antes⁹ não o afastara da região.

Jeremias avançou sozinho para a primeira porteira, onde um capanga do José Borba descansava, o fuzil na ponta da bota. Sobre este momento, o relato de Gilberto Angelo Monteiro, trabalhador rural na época, e que estava bem próximo de Jeremias é fundamental:

“Então a gente largou o trabalho às 11 horas e veio pra cidade, pra vila. Quando chegamos na metade do caminho vinha uma multidão, mesmo muita gente. 1963, Dia 8 de agosto. O dia, a hora e o ano eu lembro, não esqueci... Eu podia ter fugido no meio do caminho, mas o pessoal que chamou era gente de bom coração. Então a gente andava de pés, que a gente andava de pés. Desceu uma caravana de gente. Quando chegamo na entrada do engenho, na estrada, na estrada de Itambé, parou a multidão de gente, e ele disse assim: “Eu sei que vou, mas não volto !”, Acompanhem, a primeira porteira que separa e quando chegamo no barro do açude, eu vendo de pé, perto de Jeremias. E eu perto, perto mesmo, juro a você, francamente, aí chegou o rapaz, menino da porteira e disse assim, eu vi, vi assim: “Só entra um !”. De novo: “ Só entra um !”. Aí eu vi Jeremias em pé. Aí abiu os braços assim, (ele se levanta e abre os braços), mataram ele de braços abertos. Assim. Ele disse: “Eu quero paz !”¹⁰

Neste extrato do relato, confirmado por inúmeros outros que estão presentes no inquérito sobre o assassinato de Jeremias, temos uma narrativa de seu assassinato. O primeiro tiro estava direcionado para ele, líder sindical. Em seguida começou a fuzilaria sobre a multidão que, desarmada, fugiu desesperadamente.

⁸ GALLINDO, Felipe. **Jeremias**. Op. cit., p. 116.

⁹ Idem, p. 98.

¹⁰ Idem, pp. 110 e 111.

Até hoje não se sabe o número de mortos e feridos, entre os que pularam no açude para escapar da morte, ou entre os que feridos, foram internados pelos hospitais da região e do Recife. A cena final da "Chacina do Oriente" é bastante significativa do contexto social e político que então ocorria no Nordeste do Brasil.

De um lado existiam duas dimensões do movimento popular, ambas em crescimento: os camponeses (trabalhadores que ainda mantinham algum vínculo com a terra como meeiros, foreiros, moradores de condição etc.), organizados nas Ligas Camponesas; e os trabalhadores rurais (trabalhadores assalariados no campo que haviam sofrido um brutal processo de expulsão das terras e forçada proletarização), que se organizavam nos Sindicatos Rurais.

Num Brasil do início dos anos 60, onde a maioria da população ainda era rural, as manifestações públicas dos dois movimentos eram geralmente massivas. Praticamente todos os dias os jornais locais publicavam matérias sobre passeatas, comícios, assembleias, greves, enfrentamentos e outras manifestações promovidas pelas Ligas Camponesas e pelos Sindicatos Rurais no Nordeste.

Naquele ambiente político tenso da Guerra Fria, certamente as elites nacionais deveriam ficar apavoradas com a massa de camponeses e de trabalhadores rurais, marchando sobre os engenhos, as usinas e as cidades com seus instrumentos de trabalho nas mãos, apontados para o céu, o qual parecia querer tomar de assalto.

Vemos um recorte dessa tática de luta na ida dos trabalhadores rurais até o Engenho Oriente. Os relatos variam sobre o quantitativo de participantes. Um número entre 500 a 1000 pessoas. Um número expressivo naquele contexto.

No outro lado o latifúndio e um histórico de violências seculares contra os povos indígenas, os africanos escravizados e seus descendentes, os camponeses e os trabalhadores rurais.

Naquele contexto específico, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural e as lutas no campo para a sua aplicação, foi criada uma verdadeira situação pré-revolucionária no meio rural. Acostumados a um mando ancestral que incorporava os camponeses à paisagem rural, os latifundiários não aceitavam pagar os direitos trabalhistas. Numa entrevista concedida à jornalista Débora Duque, do *Jornal do Commercio*, em 26 de agosto de 2013, o atual proprietário do Engenho Oriente, Vital Borba (filho mais novo do falecido José Borba), declarou que lembrava que seu pai

afirmava para quem quisesse ouvir que (depois da criação do décimo-terceiro salário):
“- O ano só tem 12 meses! Eu não vou pagar nenhum décimo-terceiro!”¹¹

No caso específico de Pernambuco, durante o breve governo de Miguel Arraes à frente do executivo estadual, o uso tradicional da Polícia Militar na repressão aos movimentos sociais foi praticamente inexistente.¹²

Dessa forma a elite agrária pernambucana não teve mais sob o seu controle direto as forças repressivas do estado. Então ela própria se armou, constituiu suas milícias particulares e executou as lideranças no campo.

A emboscada que vitimou Jeremias deve ser entendida neste quadro referencial. Além disso, ela teve um caráter de operação militar pela distribuição dos focos de pistoleiros em três posições na entrada do Engenho Oriente. Este evento pode ser visto também como exemplo de um possível padrão na repressão patronal no campo pernambucano e mesmo nordestino.

Cinco dias antes da Chacina do Oriente, foi noticiado no *Última Hora - Edição Nordeste* - que na Usina Santo André, no município de Rio Formoso, cerca de 200/250 trabalhadores rurais foram convidados para irem até a administração da Usina para serem informados sobre o pagamento de seus salários.

Enquanto uma comissão de seis trabalhadores rurais era recebida pela administração, os demais trabalhadores eram ameaçados e atacados a tiros pelo administrador e seus capangas montados a cavalo. Houve confronto e um trabalhador rural foi morto e vários ficaram feridos.¹³

O famoso caso do assassinato de João Pedro Teixeira, presidente da Liga Camponesa de Sapé (PB), em dois de abril de 1962, também ilustra esse possível padrão. João Pedro era ameaçado pelos latifundiários do brejo paraibano devido a sua liderança. Morava com a família nas terras de seu sogro que o detestava e que tinha vendido essa propriedade para um latifundiário da região. Este queria expulsar João Pedro das terras. João Pedro entrou com uma ação afirmando que só sairia se recebesse

¹¹ O autor esteve presente nesta entrevista.

¹² Durante o governo de Miguel Arraes em Pernambuco (01/1963-04/1964), existiram oito presos políticos: Joel Câmara (estudante de Direito e integrante das Ligas Camponesas que foi preso no final do governo de Cid Sampaio), Carlos Montarroyos (POR-T), Cláudio Cavalcanti (POR-T), Aibirê Ferreira de Sá (POR-T), Joca Zeferino (POR-T), Júlio Santana (Sindicato Rural de Rio Formoso, Serinhaém e Barreiros), Antônio Joaquim de Medeiros / “Chapéu de Couro” e Abdias Soares dos Santos (estes dois últimos companheiros de Júlio Santana). GALLINDO, Felipe. **Jeremias**. Op. cit., pp. 144 e 145.

¹³ Idem, p. 106.

uma indenização pelas benfeitorias realizadas na propriedade. O caso estava na Justiça e havia uma audiência de conciliação em João Pessoa. João Pedro compareceu, mas não o advogado do proprietário. A audiência foi remarçada e João Pedro retornou para Sapé. Na sua volta a emboscada já estava preparada...

O assassinato de Jeremias teve desdobramentos múltiplos para a história de Pernambuco, pois, apesar dele ser um dirigente de uma organização revolucionária, que a nível local era extremamente reduzida, sua morte repercutiu em diversas dimensões.

Caminhos do Trotskismo até Pernambuco

As origens do Trotskismo em Pernambuco remontam ao início dos anos 60, precisamente no ano de 1962, quando Jeremias foi deslocado para Recife pelo Partido Operário Revolucionário trotskista - POR-T, a fim de iniciar um trabalho político no campo. Entretanto esta corrente política do Marxismo tem uma trajetória histórica bem mais antiga.

O que se convencionou chamar de Trotskismo foi uma das correntes do Marxismo internacional, originada das lutas políticas nos anos 20 no interior do Partido Bolchevique Russo, do Estado Soviético e na III Internacional Comunista, após a morte de Lenin em 1924. Este conflito político resultou da oposição entre diferentes concepções de construção de Socialismo. De um lado, sob a liderança de Stálin (1878-1953), secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética – PCUS, a teoria do “Socialismo num só país”, e de outro lado a teoria da “Revolução Permanente” criada pelo antigo presidente do Soviet de São Petersburgo e criador do Exército Vermelho, Leon Trotsky (1879-1940).

Obviamente este era um dos pontos políticos em confronto. Mas na disputa pela hegemonia no partido, o grupo stalinista classificou os partidários das posições defendidas por Trotsky como “trotskistas”. Em contrapartida, Trotsky e os militantes que se incorporaram as suas teses, a chamada Oposição de Esquerda, chamavam a si próprios de “marxistas-leninistas”. Havia obviamente uma disputa pelo espólio político do líder morto, e Stálin e seu grupo saíram vitoriosos.

A partir do exílio, Trotsky e seus partidários iniciaram as articulações para a criação de uma oposição de esquerda nos partidos comunistas e no interior da III Internacional, para eles, “burocratizada”.

Esse movimento teve reflexos no Brasil, desde os fins dos anos 20, com a criação de agrupamentos de oposição ao chamado stalinismo. A principal liderança dessa geração foi o pernambucano Mário Pedrosa (1900-1981), que participou do congresso de fundação da IV Internacional Trotskista em 1938. Neste período, a primeira geração do trotskismo no Brasil se organizou nos seguintes agrupamentos: Grupo Comunista Lenin – GCL (1930-1931), Liga Comunista do Brasil – LC (1931-1933), Liga Comunista Internacionalista – LCI (1933-1937), e o Partido Operário Leninista – POL – (1937-1939).¹⁴

No pós-guerra, surge a segunda geração trotskista, organizada no Partido Socialista Revolucionário – PSR (1939-1952). Ela foi liderada pelo jornalista Hermínio Sachetta (1902-1982), e teve o jovem Florestan Fernandes entre seus quadros.

A terceira geração do Trotskismo brasileiro teve o seu início em 1952, com a fundação do Partido Operário Revolucionário Trotskista - POR-T (1952-1980). Este partido teve uma área inicial de atuação nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.¹⁵ Desde sua fundação o seu dirigente máximo internacional foi o argentino J. Posadas (1912-1981).

A partir do início dos anos 60, o POR-T teve uma presença no Nordeste nos estados de Pernambuco, Paraíba e Ceará. O crescimento dos movimentos sociais no campo foi decisivo para que o POR-T tivesse interesse em deslocar militantes para um dos centros da luta de classes no meio rural - Pernambuco.

Tal resolução foi tomada depois da participação do partido no I Congresso da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB, em novembro de 1961, em Belo Horizonte. Este encontro nacional reuniu cerca de 1200 delegados de 20 estados. A importância da questão rural era tamanha que a sessão final do encontro teve a presença do presidente João Goulart, de vários ministros (dentre eles o primeiro-ministro Tancredo Neves) e do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto.

Apesar de contar com uma minoria no evento, os integrantes das Ligas Camponesas, liderados pelo então deputado estadual Francisco Julião, conseguiram

¹⁴ NETO, José Castilho Marques & KAREPOVS, Dainis. “Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966)”. In: RIDENTI, Marcelo & FILHO, Daniel Aarão Reis (orgs.). **História do Marxismo no Brasil** – Volume V – Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, pp. 122-132.

¹⁵ LEAL, Murilo. **A esquerda da esquerda** – trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966). São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004, p. 159.

conquistar a maioria dos delegados do congresso com suas propostas radicais de “Reforma Agrária na Lei ou na Marra!”

Neste encontro foi que o jovem Paulo Roberto Pinto¹⁶ conheceu de perto o embate de projetos para o movimento social no campo e travou os contatos que pouco depois o levariam para lançar as sementes do Trotskismo em Pernambuco.

Segundo depoimento prestado pelo militante trotskista uruguaio Pedro Makovsky Clemachuk (Gustavo) ao historiador Murilo Leal, em 10/05/1997, o deslocamento de militantes para o Recife foi uma decisão do Comitê Central do POR-T:

“Para isso tivemos várias reuniões, inclusive no bureau político, para analisar isso aí. E foi aí que eu me encontrei com o Jeremias e o Fábio [Munhoz]. O Jeremias já tinha começado a fazer um trabalho, tinha voltado pra São Paulo pra se encontrar com a gente... depois ele voltou de novo e eu fui com o Fábio para lá.”¹⁷

Podemos observar que a ida de Jeremias e de mais dois militantes para Pernambuco foi objeto de uma intensa discussão por parte da direção nacional do POR-T sediada em São Paulo. A percepção de que existia todo um espaço político para ser disputado pelas forças de esquerda no campo nordestino devia ser muito evidente depois do congresso da Utab em novembro de 1961. Nada melhor do que iniciar um trabalho partidário no estado que estava na vanguarda do movimento rural e que tinha uma histórica tradição de lutas sociais no campo, com as primeiras Ligas Camponesas, criadas ainda na segunda metade dos anos 40 (1945/1947) pelo PCB (no seu curto tempo de legalidade, 1945/1947), e a famosa Liga Camponesa fundada em 1955, no

¹⁶ Paulo Roberto Pinto nasceu em 22/09/1940 em Minas Gerais. Ainda criança acompanhou a família para o interior do estado de São Paulo, na cidade de Mogi das Cruzes, onde o pai, Sebastião Pinto Santana, montou uma pequena oficina gráfica. Antes de ser um micro-empresário o pai de Jeremias era simpatizante do PCB, chegando a ser preso sob a acusação de ser comunista nos anos 50. Essa influência foi decisiva para o então adolescente Paulo Roberto. Entretanto, quanto mais prosperavam os negócios do pai, mais este se tornava capitalista, e mais crítico ficava o seu filho “Paulinho”, como era chamado pela família. Até que este, que trabalhava na gráfica do pai, organizou os trabalhadores e juntos fizeram uma greve por melhores salários. Foi demitido e expulso de casa pelo pai/patrão. Foi trabalhar como metalúrgico na empresa Mineração Geral do Brasil em Mogi das Cruzes e se aproximou dos trotskistas do POR-T. Viajou para a Argentina a fim de auxiliar o partido trotskista local ligado ao posadismo nas eleições provinciais de 1961. Volta para São Paulo já como dirigente nacional do PORT (as pequenas organizações revolucionárias possibilitavam uma ascensão rápida de jovens quadros para as direções partidárias, diferente dos partidos tradicionais de esquerda, como o PCB, que tinha cristalizado na sua direção, quadros bem mais idosos). Em fins de 1961, Jeremias vai numa atividade partidária para o congresso camponês em Belo Horizonte, onde trava contatos com um dos auxiliares diretos de Francisco Julião, o jovem estudante de Direito Joel Câmara, e, a partir desses contatos, informados à direção de seu partido, que decide enviá-lo para Recife, para iniciar uma atividade partidária que consiga se integrar ao movimento social no campo.

¹⁷ CEDEM – Centro de Documentação e Memória da UNESP. CEMAP/Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa – Acervo POR-T.

Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão,¹⁸ e que tinha Francisco Julião como seu maior expoente.

O início da organização trotskista em Pernambuco contava com três militantes: Jeremias em Itambé, e Gustavo e Fábio Munhoz em Recife. Jeremias, que foi para Itambé por convite de Joel Câmara, passava a maior parte de seu tempo lá, retornando ao Recife para as reuniões do reduzido Comitê Regional do Nordeste. Gustavo, que não tinha a documentação de estrangeiro regularizada, vivia clandestinamente, não podendo fazer intervenções públicas. E Fábio Munhoz não suportou a falta de recursos e retornou para São Paulo.¹⁹

Em Itambé, o trabalho organizativo de Jeremias à frente do sindicato rural (que não existia legalmente, só politicamente, e foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho em janeiro de 1964, quando estava sob intervenção federal), acumulou forças em poucos meses de atividade (entre quatro e cinco meses no primeiro semestre de 1963).

Segundo Aybirê Ferreira de Sá (1936-2012), militante do POR-T que foi deslocado para Itambé para continuar o trabalho político de Jeremias, a razão para o crescimento organizativo do movimento dos trabalhadores rurais de Itambé e o consequente crescimento da liderança de Jeremias na região deveu-se primordialmente a uma metodologia de organização da estrutura sindical, elaborada a partir de um referencial ideológico:

“Jeremias aplicou métodos de luta revolucionários e mudou toda a concepção de organização sindical onde atuou. Não só impediu a formação de uma burocracia sindical na região, como deu ao sindicato, um caráter revolucionário. Desse modo no lugar de delegados sindicais, ele organizava Conselhos de Camponeses, eleitos diretamente pelos trabalhadores. Os integrantes desses Conselhos não recebiam salários especiais nem se afastavam da produção, e eram proporcionais à quantidade de camponeses de cada região... Além do mais, todos esses Conselhos eram eleitos para trabalhar por dois anos, mas com revogabilidade de mandato... Foi essa forma de organização revolucionária, que deu autoridade política a Jeremias...”²⁰

¹⁸ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural**. Op. cit., pp. 28 e 29. As primeiras Ligas Camponesas, ligadas ao PCB, foram associações civis de trabalhadores rurais em cidades da zona da mata pernambucana e também no Grande Recife. Foram extintas com a ilegalidade do PCB e seus líderes perseguidos, presos e até assassinados. O movimento dos camponeses do engenho Galiléia, em 1955, contra a expulsão de suas moradas tradicionais e o aumento do foro, foi denominado por seus integrantes de Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco – SAPPP. Foi a grande imprensa local que, no seu discurso anticomunista batizou-o de Liga Camponesa, expressão que ficou consagrada ao movimento.

¹⁹ MONTARROYOS, Carlos. **O tempo de Arraes e o contratempo de março**. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora LTDA, 1982.

²⁰ SÁ, Aybirê Ferreira de Sá. **Das Ligas Camponesas à Anistia** – Memórias de um militante trotskista. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007, pp. 43 e 44.

O referencial teórico no qual foram criados os Conselhos de Camponeses foi o clássico livro de Trotsky, *Programa de transição para a revolução socialista*, de 1938, e que foi escrito para ser a base programática da IV Internacional Comunista, fundada no mesmo ano. Neste texto, é discutida a questão das comissões de fábrica, e o modelo proposto por Trotsky foi adaptado por Jeremias para a realidade arcaica da estrutura de exploração agrária nordestina. Essa forma de organização dos trabalhadores rurais, os Conselhos de Camponeses, pode ser considerada a contribuição mais original e importante do Trotskismo no Brasil para a história dos movimentos sociais no campo.

Foi em certa medida, um contraponto à política praticada pelo PCB no sindicalismo rural, que era a eleição de delegados sindicais. Obviamente nem todos os delegados sindicais eram corrompidos pelo poder patronal, mas, a experiência dos Conselhos de Camponeses abriu novas possibilidades como um mecanismo de controle da base operária sobre suas lideranças.

Para podermos conhecer as polêmicas entre as diversas forças políticas de esquerda que atuavam na zona da mata pernambucana naquele período imediatamente anterior ao golpe empresarial-militar de 1964, retorno ainda a um trecho da autobiografia de Aybirê Ferreira de Sá:

“O PCB, PC do B, a igreja e AP (Ação Popular) se organizavam sem consulta direta aos camponeses. Esses delegados passavam a não mais trabalhar na produção sob a alegação de que tinham de desenvolver um trabalho político-sindical... Para isto, o delegado era afastado da produção e recebia um salário feito por vaquinha, conhecido por cota do delegado sindical... Quanto mais trabalhadores tivesse o engenho, mais o delegado recebia.”²¹

Mais uma vez o veterano militante do POR-T faz uma crítica feroz dos métodos organizativos das demais forças políticas que atuavam no campo em Pernambuco, destacando o processo de distanciamento da liderança por local de trabalho de sua base sindical. Certamente seria necessária uma análise mais aprofundada das práticas políticas das diversas organizações citadas para podermos fazer uma análise comparada entre elas, algo que foge ao escopo deste breve artigo, entretanto podemos perceber claramente a radicalidade do discurso trotskista no período abordado.

Tal crítica à burocratização do movimento operário urbano e rural, será extensiva ao governo federal de então, como podemos ver, ainda com Aybirê Ferreira de Sá: “Era com isso que o PC e o próprio Goulart contavam para controlar os

²¹ SÁ Aybirê Ferreira de Sá. **Das Ligas Camponesas à Anistia**. Op. cit., p. 42.

sindicatos, ou seja, formando uma grande burocracia sindical no campo, como fez Getúlio com os sindicatos operários no Brasil.”²²

Crítica retrospectiva à política vargista no movimento operário, visando seu controle, e se reportando a tal prática como paradigma para o PCB e o presidente Jango.

Ampliando o quadro histórico das posições políticas e programáticas das esquerdas na época, entendidas como análises conjunturais que embasavam projetos revolucionários alternativos, reproduzimos a fala de um militante do POR-T, Martinho Leal Campos (militou entre os anos 60 e 70 no movimento estudantil e operário). Este ao ser questionado sobre as diferenças políticas entre o POR-T e as demais forças da esquerda brasileira no período do início dos anos 60 respondeu:

“Sobre a posição política do PORT no período anterior ao golpe de 1964, esclareço que se diferenciava dos demais agrupamentos da esquerda brasileira, em primeiro lugar, pela sua caracterização de partido internacionalista, obviamente anti-stalinista, em luta contra a visão etapista da construção do socialismo defendida pelo PCB, que significava na prática estar a reboque do que esse partido denominava de "burguesia nacional progressista". O PORT analisava o quadro estrutural daquele momento como sendo de alto teor pré-revolucionário, o que demandava uma direção de esquerda desvinculada das limitações do governo nacionalista populista de João Goulart, bem como das deficiências programáticas do governo de Arraes e das contradições próprias do movimento das Ligas Camponesas de Francisco Julião. Os trotskistas observavam com o olhar mais favorável as ações do movimento liderado por Leonel Brizola por verem nele maior aproximação com a dinâmica do nacionalismo revolucionário latino-americano, cuja linha deveria no processo encaminhar-se para uma posição socializante. Em geral, o PORT propunha a frente única de Operários, Camponeses e setores radicais da pequena burguesia, envolvendo ainda soldados, suboficiais e mesmo oficiais de esquerda dentro das Forças Armadas. No campo, tendo o Nordeste como base prioritária de atuação, o PORT defendia a aplicação imediata de um programa revolucionário voltado para organização dos sindicatos rurais, calcado nas lutas reivindicatórias típicas do contexto socioeconômico e político da situação agrária daquela região. Diferentemente do PCB e de Arraes, que vislumbravam apenas a luta pelos direitos sindicais e outros do campesinato e dos assalariados rurais, sem apelar e mesmo tentando impedir quaisquer ações que pudessem agravar esse processo no sentido da luta revolucionária socialista.”²³

O primeiro ponto desta análise, que reproduzi por extenso devido à dimensão histórica do registro e pela diversidade de pontos abordados, trata da diferenciação teórica entre o POR-T e as demais forças políticas de esquerda presentes no Brasil, notadamente o PCB.

Trata-se da concepção internacionalista do Trotskismo expressa no fato do POR-T ser a seção brasileira da IV Internacional Posadista. A III Internacional Comunista,

²² Idem, p. 43.

²³ Entrevista concedida ao autor em 24 de abril de 2014.

fundada em 1919, no contexto político da vitória da revolução bolchevique na Rússia em 1917, é dissolvida por Stálin em 1943, inserida nas negociações da União Soviética com os governos capitalistas da Grã-Bretanha e dos EUA. Apesar do PCB continuar tendo um referencial político internacional que era a União Soviética, não existia mais uma organização revolucionária de caráter mundial.

Tal concepção do POR-T estava de acordo com o ideário da Revolução Permanente Trotskista, que preconizava o caráter internacional da revolução socialista. Também de acordo com essa elaboração teórica do Trotskismo, Martinho Leal Campos destaca uma segunda diferença com a política do PCB, ou seja, a temporalidade do processo revolucionário,

Para o PCB, seguindo a linha adotada desde quando a III Internacional, já sob a hegemonia stalinista, elaborou a política de Frentes Populares, em meados dos anos 30, depois do desastre da linha política anterior de ultra-esquerdismo,²⁴ a revolução socialista seguia um modelo conhecido como etapista. Este modelo, que caracterizava as sociedades de países como o Brasil, como sociedades semifeudais, dividia o processo revolucionário em duas etapas, a primeira, visando a superação dos resquícios feudais e o desenvolvimento do capitalismo sob a égide de uma fração da burguesia nacional progressista e anti-imperialista, seria implementada por uma aliança do PCB com estes setores da burguesia nacional.

A segunda etapa, marcada pela concepção da “coexistência pacífica”, idealizada em meados dos anos 50 pelo sucessor de Stálin na secretaria-geral do PCUS, Nikita Khrushchev (1894-1971), seria, consequentemente, uma revolução pacífica.

Em outro ponto abordado na entrevista, podemos perceber mais uma diferença em relação à visão pecebista da política de alianças de classes, expressas na Frente Popular. Tal modelo de coligação político-partidária em Pernambuco nos anos 50 e 60 tomou a forma da Frente do Recife. Esta foi vitoriosa nas eleições para a prefeitura do Recife com Pelópidas Silveira e Miguel Arraes e ao governo do estado, com Cid Sampaio em 1958 e Miguel Arraes em 1963.

²⁴ Em 1933, o “jovem cabo da Boêmia”, Adolf Hitler, tornava-se chanceler na Alemanha. A chegada do Partido Nazista ao poder foi possível graças à divisão dos seus opositores, o Partido Comunista Alemão, o maior partido comunista do ocidente, e a Social-Democracia Alemã. Os comunistas, seguindo orientações da III Internacional, denominavam os sociais-democratas de “social-fascistas”, e minimizavam o perigo do nazismo.

O POR-T defendia uma aliança de frações da classe trabalhadora primordialmente, entre o operariado e o campesinato, tendo uma composição ampliada com os militares de baixa e média patentes, os estudantes e setores da pequena-burguesia urbana. Todos estes setores comporiam a Frente Única Operária-Camponesa.

Isso, entretanto, não impediu que segundo os relatos de antigos militantes do PORT, Jeremias tenha apoiado as candidaturas de Miguel Arraes ao governo do estado e a de Francisco Julião à Câmara Federal em 1962. Também segundo o relato autobiográfico de Aybirê Ferreira da Silva, quando do golpe empresarial-militar de primeiro de abril de 1964, ele foi até a sede do governo estadual, o Palácio do Campo das Princesas, tentar falar com o governador Miguel Arraes, a fim de pedir armas para a resistência. Mas naquela altura dos acontecimentos a sede do governo já estava sob controle do IV Exército.

O POR-T identificava na figura do líder da ala radical do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB – Leonel Brizola, o representante de um radicalismo nacionalista que ultrapassaria as limitações políticas de outras lideranças da esquerda brasileira, tais como João Goulart, Miguel Arraes e Francisco Julião.

Os militantes do POR-T chegaram a fazer parte dos famosos “Grupos dos 11” idealizados por Brizola, a partir da percepção deste de que o brasileiro médio, apaixonado por futebol (cuja formação conta com 11 jogadores), integraria uma célula política radical que enfrentaria a ameaça golpista. Depois de abril de 1964, já no exílio no Uruguai, Brizola, Jango e outros políticos formariam uma articulação política de oposição à ditadura empresarial-militar que contaria com a participação do POR-T.

Ao final, Martinho Leal Campos aprofunda as críticas às posições políticas no campo do PCB e do governo de Miguel Arraes.

É oportuno comparar essa crítica à esquerda das práticas políticas do governador de Pernambuco no período, Miguel Arraes, presentes num depoimento de um antigo militante trotskista, passado meio século depois dos acontecimentos, com a caracterização que Jeremias fazia do governo estadual em julho de 1963, e das relações deste com sua base nos movimentos sociais, o PCB, numa carta endereçada à direção nacional do POR-T, naquela que é considerada sua última comunicação por escrito com o partido:

“A base política do Partido Comunista que intervém no governo é o fator principal que determina a política de não intervenção. Arraes está

desesperado. Corre a todo canto para que os camponeses não façam nada. Somente greve. É obrigado a reafirmar que a polícia no seu governo jamais intervirá, ele sabe que isso anima os camponeses a intervir cada vez mais, mas não tem outro jeito.”²⁵

Neste trecho de sua análise sobre a situação política em Pernambuco no governo de Miguel Arraes em meados de 1963, Jeremias destaca o papel do PCB na aliança partidária que dava sustentação social à administração comandada pela Frente Popular. Dentro da correlação de forças políticas presentes no governo, o setor mais à esquerda, o PCB, obrigava Arraes a não reproduzir as tradicionais práticas repressivas das polícias estaduais contra os movimentos sociais.

Entretanto o equilíbrio de forças dentro da coligação de partidos da Frente Popular, era diferente no qual a presença das elites econômicas do estado era hegemônico, o que ficava evidente na figura do vice-governador, Paulo Guerra, latifundiário e um dos maiores pecuaristas do Brasil, e que assumiu o executivo estadual com a prisão de Arraes no golpe empresarial-militar de 1964.

Outro símbolo da presença do empresariado na Frente Popular era o senador José Ermírio de Moraes, latifundiário e um dos maiores empresários do Brasil, fundador do grupo Votorantin. Eleito senador pelo PTB em 1962, na chapa majoritária de Arraes, foi também integrante do ministério do presidente João Goulart, em 1963, estando à frente do Ministério da Agricultura, quando em março, foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural.

Tal correlação de forças no governo Arraes gerava uma constante instabilidade política, percebida por Jeremias quando afirmava que Arraes “*estava desesperado*”. O limite da legalidade para os latifundiários, que era a aplicação da nova legislação trabalhista, não era respeitado, e as organizações de classe, os sindicatos rurais, tinham suas lideranças perseguidas, sequestradas e assassinadas pelas milícias particulares da elite agrária.

Nesse contexto, qualquer ocupação de terras pelo movimento rural e qualquer enfrentamento com o latifúndio colocava em perigo este tênue equilíbrio de forças antagônicas para os trotskistas. Para estes, Arraes atuava como um “bombeiro” da luta de classes, e estava fadado ao fracasso.

As críticas do POR-T ao governo Arraes só irão aumentar quando em 12/10/1963, no dia da abertura do Primeiro Congresso dos Camponeses de Itambé, três

²⁵ GALLINDO, Felipe. **Jeremias**. Op. cit., p. 102.

militantes do POR-T deslocados para lá depois do assassinato de Jeremias, e organizadores do evento anteriormente referido, são presos pela polícia militar, sendo posteriormente enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Foram eles: Aybirê Ferreira de Sá, Cláudio Cavalcanti e Carlos Montarroyos. Soltos depois de poucos meses, a sua prisão marcou o breve governo de Miguel Arraes, mostrando os limites da democracia naquele período bem como as contradições existentes nos governos de Frente Popular.

Propostas do POR-T para a questão do campo

Como vimos anteriormente, o ponto de inflexão para que o POR-T tomasse a decisão de intervir politicamente no movimento camponês foi o Congresso da ULTAB em novembro de 1961, em Belo Horizonte.

A partir desse momento, Jeremias foi sendo orientado pela direção do partido para assumir esta tarefa. Dessa forma, e como resultado de discussões internas sobre o tema, antes mesmo de Jeremias ir para Pernambuco, o *Frente Operária*, periódico do POR-T, publicava o Plano Operário para o Nordeste. Entre outros pontos propunha a:

“ocupação de terras; expropriação, sem indenização, de todos os latifúndios; trabalho coletivo nas grandes fazendas dirigidas por conselhos de camponeses; plano de irrigação; plano de diversificação das culturas; construção de estradas; planificação dos recursos nacionais dando prioridade ao Nordeste e outras regiões pobres; plano intensivo de instalação de indústrias destinadas a elaboração de maquinárias e utensílios agrícolas; pedido de ajuda à URSS e Estados Operários (agronômos, engenheiros, instalação de barragens, de indústrias, etc); e plano de moradias para os camponeses e de serviços sociais”.²⁶

Percebemos logo que foi um plano elaborado sem nenhuma experiência local, e propunha um programa maximalista, bem distante da correlação de forças políticas no Brasil e particularmente no campo. Esse desconhecimento da realidade arcaica do meio rural pernambucano teria consequências fatais, pois depois da prisão de Jeremias pelo governo Arraes em julho de 1963, ele seria caçado até a morte em Itambé, só por defender o cumprimento dos direitos trabalhistas no campo.

Após a chacina do Oriente, em agosto de 1963, quando foram deslocados três militantes do POR-T para Itambé, o trabalho político lá realizado iria ser aprofundado no Congresso Camponês em outubro. O que não ocorreu devido às prisões.

No manifesto convocatório elaborado pelos militantes do POR-T para o evento, e que foi a “prova” para o delegado auxiliar Fernando Souto prendê-los, podemos notar a radicalização de algumas propostas, como por exemplo: a criação de milícias

²⁶ GALLINDO, Felipe. *Jeremias*. Op. cit., p. 82.

camponesas, a instituição de tribunais populares para julgar e punir os crimes do latifúndio e a criação de uma escala móvel de salários de acordo com os índices inflacionários.²⁷

Não houve tempo para a possível acumulação de forças do proletariado rural. Seja pela brutal repressão de classe dos latifundiários, prática secular no Brasil, seja pela repressão pontual de governos populares como o de Miguel Arraes em Pernambuco. Em relação à escala móvel de salários, os trotskistas talvez tenham sido os pioneiros nesta bandeira de luta, pois ela ressurgirá nos anos 80, rebatizada de gatilho salarial.

Cabe uma reflexão final neste ponto sobre a questão de acumulação de forças dos movimentos sociais pré-1964. Um dos principais elementos para se compreender a vitória das forças golpistas em abril de 1964, foi a análise da correlação de forças. Enquanto as elites civis e militares brasileiras acumulavam séculos de hegemonia política, econômica e cultural, a contrapartida, ou seja, os movimentos dos trabalhadores urbanos e rurais conheciam a força da repressão e as dificuldades de organização da classe.

O curto período entre o fim do Estado Novo e o início dos anos 60 foi marcado por um processo acelerado, mas insuficiente, de acumulação de força política e organizativa da classe trabalhadora brasileira. Uma análise histórica equilibrada deve se ater a esses aspectos mais do que à discussão de atitudes individuais de governantes e outras figuras políticas de destaque naquele período. As ações de João Goulart, Miguel Arraes, Leonel Brizola, Luis Carlos Prestes, Gregório Bezerra, etc expressaram mais os limites e contradições do avanço das forças reformistas/revolucionárias e das classes subalternas do que a chave para a compreensão do processo histórico daquele recorte temporal de nossa história republicana.

Ilustra bem essa linha interpretativa uma parte do depoimento do militante Gustavo (Pedro Macksy Clemachuk) do POR-T, quando indagado sobre como o partido recebeu o golpe de primeiro de abril de 1964:

“Praticamente nos tomou... não que nos tomou de surpresa, nos tomou numa situação que a gente não tinha condições de fazer além daquilo que fez... Nosso crescimento ainda não era um crescimento sólido, ou seja, que estivesse, totalmente fortalecido, tá? Não tínhamos isso. Se tivessem nos dado tempo, de repente teríamos conseguido. Ou seja, uma direção

²⁷ Idem, p. 134.

alternativa, pelo menos de alguns setores importantes. Mas não tivemos tempo para isso.”²⁸

Jeremias – 50 anos depois – A memória redescoberta

Existe um tema recorrente na minha vida acadêmica, que quase sempre estava no centro de muitos debates. Era a necessidade de que a produção de conhecimento acadêmico ultrapassasse os muros da Universidade. Em virtude de um conjunto de circunstâncias, a dissertação sobre Jeremias e o POR-T em Pernambuco, transformada em livro posteriormente (e fonte de parte deste artigo), conseguiu esse intento.

Depois de décadas de silêncio em Itambé sobre o caso Jeremias, quando no período mais repressivo da ditadura era proibido registrar algum recém-nascido com este nome, desde o início das pesquisas, essa memória pode ser livremente expressa. Jeremias é o nome de uma das três ocupações de sem-terra no município. Em agosto de 2013, cinquentenário do assassinato de Jeremias, foi realizado um ato político no distrito de Serrinha, em Itambé, com uma caminhada da subsede do sindicato rural até as antigas fundações do sindicato, e foi lançada a ideia de ali ser construído um memorial das lutas no campo na mata norte pernambucana – o Memorial Jeremias.

A própria família da Paulo Roberto Pinto guardava esse assunto como um tabu. Em dezembro de 2010, fui até Mogi das Cruzes (interior de São Paulo) entrevistar os seus três irmãos: Lélia, Wilson e Edson. Ali não encontrei o Jeremias, mas o “Paulinho” (Paulo Roberto Pinto), como era carinhosamente chamado pelos irmãos. Foram quatro horas de um reencontro com a história familiar, a dor da perda do irmão e o desabafo contido pelo medo. O terror do Estado Policial durante a ditadura fez com que a família não tocasse no assunto. Pois, nas dobras da memória, o assassinato de Jeremias em Itambé e a violência pós-1964 eram parte de um mesmo tempo de dor e de medo.

Em decorrência desse encontro a irmã do “Paulinho”, Lélia Maria Pinto, veio pela primeira vez à Pernambuco durante alguns dias em setembro de 2013. Ela queria conhecer os lugares nos quais seu irmão viveu seus últimos meses. D. Lélia foi homenageada num evento no sindicato rural de Itambé, conheceu os caminhos que ele percorreu nas suas caminhadas e nos seus derradeiros momentos. Graças a repercussão de uma série de matérias num jornal local de grande circulação, ela foi recebida pela

²⁸ CEDEM – Centro de Documentação e Memória da UNESP. CEMAP/Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa – Acervo POR-T.

Comissão da Memória e da Verdade de Pernambuco – Dom Hélder Câmara, numa sessão pública que inexplicavelmente não contou com a presença da imprensa.

Também em virtude das reportagens, a filha do juiz do caso Jeremias, Dr. Edgar Sobreira, entrou em contato para tornar pública a história do pai. Dr. Edgar Sobreira era juiz da Comarca de Itambé em 1964 e acatou a denúncia da promotoria pública do estado de Pernambuco, que conduziu o primeiro inquérito que se tem conhecimento no estado, talvez no Nordeste, sobre o assassinato de uma liderança sindical no campo. Esse inquérito foi realizado pelo promotor Dr. Murilo Barbosa da Silva, já falecido.

Dr. Edgar intimou o proprietário do engenho Oriente para depor em fevereiro de 1964 (entrevista concedida ao autor em outubro de 2013), o José Borba, que negou a chacina e declarou legítima defesa do patrimônio. Pouco depois veio o primeiro de abril e o juiz foi convidado no dia 2 para ir até a sede do IV Exército no Recife. Passou 58 dias preso sem acusação formal, entre o quartel do exército, a casa de detenção e o quartel da Polícia Militar. Retaliação do novo poder constituído em Pernambuco com o golpe, pois o governador dos militares golpistas, Paulo Guerra, era casado com D. Virgínia Borba, sobrinha de José Borba.

A Comissão da Verdade Rubens Paiva, da Assembleia Legislativa de São Paulo, realizou uma audiência pública sobre o caso Jeremias em 26 de maio de 2014, com a presença de antigos militantes do POR-T, dos três irmãos de Paulo Roberto Pinto, com minha presença e ampla cobertura da imprensa.

Elaborar um “acabamento”²⁹ da história de Jeremias e dos trotskistas em Pernambuco naquele decisivo ano de 1963 é desfazer um dos interditos da história local. Jeremias e o POR-T incomodaram politicamente no passado e a memória histórica dessas lutas e embates dentro da própria esquerda em Pernambuco incomoda igualmente no presente.

²⁹ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000. Sobre o conceito de acabamento: “O ponto em questão é que o acabamento que de fato todo acontecimento vivido precisa ter nas mentes dos que deverão depois contar a história e transmitir seu significado deles se esquivou, e sem este acabamento pensado após o ato e sem a articulação realizada pela memória, simplesmente não sobrou nenhuma história que pudesse ser contada.” p. 32.

Retirar as camadas de esquecimento sob as quais estavam enterrados personagens como Jeremias, e tantos outros, é tarefa do historiador comprometido em “escovar a história a contrapêlo”.³⁰

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Manoel Correia. **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o sindicalismo rural**. Recife: Editora Universitária – UFPE / Oito de Março Gráfica & Editora, 2005.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas – Magia e Técnica – Arte e Política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

GALLINDO, Felipe. **Jeremias – O Trotskismo no campo em Pernambuco**. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2013.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2007.

KAREPOVS, Dainis & NETO, José Castilho Marques & LOWY, Michael. Trotsky e o Brasil. In: MORAES, João Quartim de. **História do Marxismo no Brasil – Vol. II – Os influxos teóricos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

LEAL, Murilo. **A esquerda da esquerda – trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

----- Sidney, Olavo e Jeremias. In: SANTOS, Cecília M. & TELES, Edson & TELES, Janaína de Almeida. **Desarquivando a ditadura – Memória e Justiça no Brasil – Volume I**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2009.

----- O movimento trotskista e a República democrática (1946-1964). In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964) – 2 – As esquerdas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MONTARROYOS, Carlos. **O tempo de Arraes e o contratempo de março**. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora LTDA, 1982.

NETO, José Castilho Marques & KAREPOVS, Dainis. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966). In: RIDENTI, Marcelo & FILHO, Daniel Aarão Reis (orgs.). **História do Marxismo no Brasil – Volume V – Partidos e organizações dos anos 20 aos 60**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

SÁ, Aybirê Ferreira de Sá. **Das Ligas Camponesas à Anistia – Memórias de um militante trotskista**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

Recebido em 30/04/14. Aceite em 22.12.14.

³⁰ BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas – Magia e Técnica – Arte e Política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996. p. 225.